



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADAS NOS DIAS 07 E 08 DE JULHO DE 2016

1 Nos dias 07 e 08 de julho de 2016, na sala de Reuniões Plenárias, localizada no 10º andar, do Ed.
2 Parque Cidade Corporate, Quadra 09, Lote C, Torre A, em Brasília-DF, foi realizada a 18ª Reunião
3 Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, com seguintes pontos de pauta:
4 aprovação da ata da 17ª Reunião Ordinária, relatos sobre as atividades das Comissões Permanentes
5 de Direito à Alimentação Adequada, Comissão dos Povos Indígenas, Comissão dos Direitos da
6 População em Privação de Liberdade, Comissão de Direito à Cidade, relato da Reunião do CNDH
7 com o Ministro da Justiça e Cidadania, relato da Audiência Pública sobre Direito à Cidade no Rio
8 de Janeiro, relato da Reunião com o Ministro do Trabalho, relato da Agenda em São Paulo sobre a
9 política para a população em situação de rua, relato da participação do CNDH, representado pela
10 conselheira Helena Martins, no II Seminário sobre Prevenção de Homicídios na Adolescência,
11 informe da PFDC sobre solicitação de informações acerca da Portaria MJ 611/2015, informes da
12 Secretária Executiva, informes das conselheiras e dos conselheiro, aprovação do Relatório de
13 conclusões da 12ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, criação de SubComissão da
14 Comissão dos Defensores de Direitos Humanos e Enfrentamento à Criminalização dos Movimentos
15 Sociais para reordenamento dos programas de proteção (PROVITA, PPCAAM e DEFENSORES),
16 definição da pauta com ONU Mulheres na 19ª Reunião Ordinária, encaminhamento da denúncia do
17 Adelar Drescher pela Mesa Diretora, referendado da Nota Pública sobre o pedido de urgência do PL
18 2016/2015, aprovação do Relatório e dos Desdobramentos da Audiência Pública sobre Direito à
19 Cidade no contexto das Olimpíadas, manifestação do CNDH sobre inconstitucionalidade da Lei
20 Geral das Olimpíadas, recomendação do CNDH ao Prefeito do Rio de Janeiro/RJ sobre a adesão à
21 Política Nacional dos Direitos da População em situação de rua, com a criação do Comitê Gestor
22 Intersetorial; e implantação do Centro de Referência Especializado para População em situação de
23 rua, recomendação do CNDH ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ao Tribunal Regional
24 Federal do Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e Ministério Público
25 Federal no Rio de Janeiro para que se amplie o plantão do Poder Judiciário e do Ministério Público
26 durante o período das Olimpíadas, participação do CNDH na Agenda de Convergência das
27 Olimpíadas, propostas sobre a política de segurança nas Olimpíadas, casos de crianças mortas pela
28 polícia – Ações do CNDH, definição do Seminário do CNDH sobre Sistema Carcerário Brasileiro.
29 Estiveram presentes na reunião os conselheiros: Sílvio Albuquerque (Secretaria Especial de Direitos
30 Humanos, suplente), Frederico Coutinho (Secretaria Especial de Direitos Humanos, suplente),
31 Maria Dirlene Marques (Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos –
32 RNFS), Cristian Ribas (Coletivo ENEGRECER); Everaldo Bezerra Patriota (Ordem dos Advogados
33 do Brasil - OAB); Leonildo José Monteiro Filho (Movimento Nacional da População de Rua –
34 MNPR); Maria Madalena Nobre (Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down-
35 FBASD, suplente); Adelar Cupsinski (Centro Indigenista Missionário – CIMI), Darci Frigo
36 (Plataforma Dhesca Brasil), Pedro Saldanha (Ministério das Relações Exteriores – MRE); Francisco
37 Nóbrega (Defensoria Pública da União - DPU); Clarice Oliveira (Ministério da Justiça - MJ),
38 Cristina da Silva Rocha (Associação Brasileira de Ostomizados – ABRASO) Fabiana Andressa
39 Rodrigues da Silva (Rede Inter núcleos de Luta Antimanicomial – RENILA). A reunião teve
40 também a presença dos representantes da Secretaria Executiva do CNDH: Renata Studart
41 (Coordenadora-Geral do CNDH); Cristiane de Castro da Cruz (assessora do CNDH) e Cláudio
42 Picanço Magalhães e dos participantes: Patrícia Campanatti (assessora PFDC), Erika Guedes



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

43 Maximiano (estudante/UnB), Fernanda Natasha Cruz (estudantes/UnB), Luana Natielli (Plataforma
44 Dhesca) e Jorge Bezerra (SMDH). A Conselheira Maria Dirlene Marques, representando a Mesa
45 Diretora, fez a abertura da reunião. Quanto à conjuntura atual, relatou as informações sobre o envio
46 dos recursos que estavam na SEDH, para a Presidência da República e sobre a possível indicação
47 do General Paternelli para a Presidência da FUNAI. O conselheiro Everaldo Patriota solicitou a
48 inclusão sobre o caso do centro ecumênico criado para as Olimpíadas no Rio de Janeiro, que não
49 possui a participação de religiões de matriz africana. O conselheiro Darci Frigo solicitou a inclusão
50 de situação da comunidade indígena de Nova Laranjeira, no Paraná. A conselheira Lurdinha Nunes
51 relatou os trabalhos da Comissão Alimentação adequada. Disse que os representantes fizeram uma
52 análise do Plano de Trabalho existente no CDDPH, que é de 2008, e os recortes da Comissão.
53 Alguns casos passam por populações tratadas em outras comissões como no caso da Comissão que
54 trata da situação dos indígenas, quilombolas e trabalhadores Rurais. A comissão solicitou que as
55 reuniões fossem mensais e que tivesse a participação de representantes de outras comissões. As
56 informações da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas, povos e
57 comunidades tradicionais, atingidos por grandes empreendimentos e trabalhadores/as rurais
58 envolvidos em conflitos fundiários foram tratadas no segundo dia da reunião Plenária, devido a
59 ausência do conselheiro Adelar Cupsinski que iria apresentar o relatório preliminar do GT Indígenas
60 da Região Sul. O conselheiro Everaldo Patriota disse que a Comissão dos Direitos da População em
61 Situação de Privação de Liberdade debateu se o momento seria para a realização de missões ou se
62 faria um trabalho a partir de um diagnóstico dos relatórios já produzidos pelos diversos órgãos.
63 Nesse sentido, foi criado um GT que irá sistematizar os dados e as recomendações contidas em
64 diversos documentos que tratam da questão dos espaços de privação de liberdade. Relatou que foi
65 descrita a existência de trabalho escravo dentro dos presídios e a questão de populações específicas
66 como indígenas e estrangeiros presos. O relatório prévio será disponibilizado no dia 08 de
67 setembro. O seminário que tratará sobre o sistema prisional será realizado em novembro. A
68 Conselheira Maria Dirlene deu continuidade a apresentação da pauta fazendo a leitura da nota da
69 Presidente do CNDH Ivana Farina sobre a reunião com o Ministro Alexandre de Moraes. A reunião
70 com o Ministro Alexandre de Moraes teve a presença da Secretária Especial de Direitos Humanos
71 Flávia Piovesan. A reunião tratou da previsão dos trabalhos do CNDH e do apoio do novo
72 Ministério da Justiça e Cidadania para a execução das ações. O conselheiro Everaldo Patriota
73 ressaltou as condições dos programas de defesa das pessoas ameaçadas, como o Programa de
74 Defensores, O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) e
75 o Programa de Vitimas e Testemunhas (PROVITA). Disse que na atual estrutura não haveria como a
76 Secretaria Especial de Direitos Humanos atuar nesses casos, pois a execução está centralizada no
77 Ministério da Justiça e Cidadania. Como o Brasil irá receber as olimpíadas, acredita que o MJ não
78 terá como dar atenção ao caso das pessoas ameaçadas. Relatou que no governo da Presidenta Dilma
79 Rousseff foram extintos os Programas do Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Goiás. No
80 final do Governo, foram extintos mais seis programas que já estavam com seus planos de trabalhos
81 aprovados, incluindo o estado de Alagoas. O conselheiro Darci Frigo ressaltou que a Portaria gera
82 um atraso nas ações de Direitos Humanos e que o Ministro da Justiça e Cidadania estaria criando
83 um estado policial por meio dessa medida. A conselheira Maria Madalena Nobre ressaltou a
84 importância do CNDH fazer uma nota sobre a portaria, pois há pessoas ameaçadas de morte e sem
85 a proteção dos diversos programas. Os conselheiros Francisco Nóbrega e Leonildo Monteiro
86 relataram sobre a reunião com o Ministro do Trabalho sobre o Programa Economia Solidária.
87 Disseram que foram bem recebidos pelo Ministro, que se mostrou sensível à situação e que há uma
88 possibilidade de criação de uma política do Ministério do Trabalho para a população de rua. Os
89 recursos do programa para os estados foram garantidos. A coordenadora Geral Renata Studart disse



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

90 que a reunião focou nos 11 projetos do Programa e que a partir desse diagnóstico se partirá para
91 uma ampliação. Os recursos foram priorizados para Minas Gerais e Paraná e aos poucos serão
92 pagos para os outros estados. O conselheiro Leonildo solicitou que fosse elaborado um relato
93 escrito sobre a reunião com o Ministro, como memória. O documento será elaborado pelos
94 presentes na reunião. O conselheiro Leonildo Monteiro fez o relato da reunião em São Paulo sobre a
95 situação da População em Situação de Rua, em parceria com o CONDEPE. A reunião teve a
96 participação das conselheiras Vera Paiva e Silvana Abramo e representantes do CONDEPE. Houve
97 reuniões com os governos estadual e municipal onde foram apresentadas as políticas para a
98 população em situação de rua. Houve uma audiência Pública na ALESP na qual o Conselho foi
99 convidado a participar da mesa. A Audiência tratou dos assassinatos de pessoas em situação de rua,
100 em São Paulo. Foram cobradas ações em diversas cidades, além da capital São Paulo. Será
101 elaborado um relatório da missão para a apresentação para diversos municípios do Estado de São
102 Paulo. Dando continuidade aos informes, foi lido o relato da conselheira Helena Martins sobre o II
103 Seminário Prevenção de Homicídios na Adolescência: Discutindo a cultura do medo, o custo da
104 violência e a impunidade, que ocorreu na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, com a
105 parceria do Governo do Estado e UNICEF, no dia 1º de junho. Em resumo o seminário destacou o
106 reconhecimento de que questões do plano simbólico da cultura do medo. Apresentou a leitura que o
107 CNDH tem feito sobre o avanço do conservadorismo e a necessidade de afirmação dos direitos
108 humanos. Em seguida, abordou a "criminologia midiática", Como expressão máxima desse tipo de
109 prática na televisão, discutimos a situação de violações nos programas policiais e a pesquisa da
110 Andi - Comunicação e Direitos, em parceria com Artigo 19, PFDC e Intervozes, já apresentada à
111 Plenária do CNDH. Para combater essa prática, sugeriu o monitoramento permanente à ampliação
112 dos canais de denúncias, atuação dos órgãos competentes diante de violações; divulgação das
113 emissoras que cometeram infrações, proibição da exposição de pessoas detidas, fim da publicidade
114 governamental em programas que violam direitos, exercício da autorregulação, estímulo e garantia
115 do direito de resposta e campanhas públicas sobre o tema. Por fim, o seminário abordou os custos
116 sociais e econômicos da violência, a política de Segurança Pública baseada em mais violência e
117 repressão, a relação da violência com o tráfico de armas e drogas e, ainda, a crítica à atual política
118 de drogas. O conselheiro Francisco Nóbrega apresentou os informes sobre a resposta da AGU sobre
119 o TAC do desastre de Mariana com a empresa Samarco. Disse que a principal preocupação da DPU
120 é a ausência da participação da população atingida no acordo. Os valores definidos não foram
121 negociados e nem foram consultados sobre as ações emergenciais. Não há a inclusão dos diversos
122 municípios atingidos. A conselheira Maria Dirlene colocou que a empresa trata os atingidos como
123 exploradores da empresa, negando toda a história dos habitantes. O STJ entrou com uma liminar
124 suspendendo o TAC, quanto à competência de ter sido assinado por uma instância que não teria
125 atribuição para isso. A segunda ação foi feita pelo MPF que questiona a ausência da Defensoria no
126 TAC e ausência de atingidos no acordo. O conselheiro Pedro Saldanha solicitou uma cópia do
127 documento enviado pela AGU. Disse que são duas situações, uma é o TAC e o outro são ações
128 emergenciais que não devem ser tratadas conjuntamente. O conselheiro Francisco Nóbrega disse
129 que o reclame da população é tanto no plano emergencial quanto o TAC, e concorda que são
130 situações que devem ser tratadas separadamente. Quanto ao questionamento da AGU sobre a
131 competência do Conselho para o pedido de justificativas, o conselheiro Everaldo Patriota sugeriu
132 que fosse enviada à AGU a Lei de criação do Conselho e o Relatório Belo Monte. Disse que a AGU
133 está se esquecendo que já participou, inclusive da Plenária do CNDH sobre o Relatório Belo Monte.
134 A conselheira Maria Madalena disse que é uma prática comum do governo a não participação das
135 pessoas no acordo. Foi **deliberado** pelo envio de um documento ao Ministro Ricardo Lewandowski
136 para a manutenção da suspensão do TAC. Para isso será necessário buscar a petição contra decisão



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

do STJ. Será elaborado pelo conselheiro Francisco Nóbrega. O TAC é o resultado de uma ação civil pública do estado contra as empresas. Após a elaboração documento será buscado um contato com a conselheira Luciana Lóssio para a articulação da audiência. O Secretário Especial de Direitos Humanos Substituto Sílvia Albuquerque desejou boa tarde a todas e a todos e informou sobre a nomeação da Secretária Rosinha, na Secretaria da Pessoa com Deficiência. O conselheiro Leonildo Monteiro informou sobre o 3º Congresso Nacional da População em Situação de Rua em Belo Horizonte, que será realizado nos dias 17 a 19 de agosto. A conselheira Madalena Nobre apresentou o documento entregue ao Ministro da Justiça, solicitando o não retrocesso nas políticas das pessoas com deficiência. O conselheiro Francisco Nóbrega apresentou a decisão judicial ganha por uma mãe de uma pessoa com deficiência, na qual garantiu a redução da carga horária, sem a redução de salário, com base nas convenções internacionais ratificadas pelo Brasil. A Coordenadora Geral do CNDH Renata Studart fez o informe sobre as orientações para a liberação de passagens e solicitou o empenho dos conselheiros para facilitar a viabilidade das atividades. Ao final da Plenária os conselheiros devem confirmar a vinda para cada evento do mês, sem troca de passagens. O Secretário Sílvia Albuquerque informou que não há qualquer questionamento do Ministério sobre as reuniões plenárias agendadas. A ideia é ter um apanhado da quantidade de viagens no mês, A previsão de viagens e antecipação ajuda na diminuição dos gastos. Além disso, a antecipação das passagens, não trata de uma novidade, pois já estava prevista desde a portaria 505/2009. A Assessora da PFDC Patrícia Campanatti disse que ainda não obtiveram a resposta da PFDC sobre o ofício solicitando informações sobre a edição da Portaria 611/2016. O documento recebido foi questionando a delegação da Procuradora Debora Duprat para o questionamento ao Ministro, o que foi prontamente respondido. Disse que a PFDC também notificou sobre a Portaria que transferiu os recursos da SDH para a Presidência da República. O Secretário Adjunto Sílvia Albuquerque informou que a intenção do Ministro é ter uma noção sobre os fluxos das práticas adotadas pelas secretarias subordinadas ao Ministério para que possa realizar melhorias e agilizar os processos. A Coordenadora-Geral do CNDH informou que com o término do prazo para a revisão pelos conselheiros, as propostas aprovadas na 12ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos serão enviadas para a publicação nos anais da Conferência. Dando continuidade à pauta da 18ª Reunião Plenária foi debatida a criação de Subcomissão da Comissão de Defensores de Direitos Humanos e Enfrentamento à Criminalização dos Movimentos Sociais para o reordenamento dos programas. O conselheiro Everaldo Patriota questionou por que o reordenamento, pois os programas são exitosos. O problema é que os recursos não estão sendo repassados, nem sendo mantidos os convênios. A conselheira Maria Dirlene lembrou que o aprofundamento da análise da situação dos programas foi uma deliberação do Conselho, por isso a proposta dessa subcomissão. O conselheiro Sílvia Albuquerque disse que a avaliação dos Programas mostra que o atraso nos repasses é um problema antigo e houve uma diminuição dos recursos durante os anos. A percepção é que há caso de pessoas que não precisam mais estar no programa e são mantidas. Há uma necessidade de um ajuste para que pessoas que não precisam parem de receber proteção para que novos possam receber. O conselheiro Darci Frigo disse que é importante o respeito ao marco metodológico do programa, como rotinas de entradas e saídas mais claras. Disse que a cobrança da sociedade civil é o acompanhamento de todas as fases do programa. Disse que existem casos que duram mesmo vários anos de ameaças, como no caso de trabalhadores rurais. A unificação de todos os programas pode fragilizar o Programa de Defensores. O marco legal está como Projeto de Lei na Câmara. O Conselho **deliberou** pelo envio da proposta de criação da subcomissão para a Comissão de Defensores para avaliação pelos integrantes. A Secretaria Especial de Direitos Humanos irá enviar os dados dos Programas de Defensores para a Comissão de Defensores. Em seguida, a Plenária se debruçou sobre a definição da pauta com a participação da ONU Mulheres na 19ª Reunião



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Ordinária. A conselheira Maria Dirlene sugeriu que os representantes do Conselho das Mulheres deverão ser convidados para o evento. O conselheiro Cristian Ribas sugeriu que sejam convidadas entidades representativas de mulheres. Foi **deliberada** a proposta de uma Audiência Pública a ser realizada às 16 horas no auditório no primeiro andar, no primeiro dia da plenária. O formato será definido em reunião Skype na terça-feira, dia 12 de julho 2016, pela manhã com as conselheiras Lurdinha Nunes, Madalena Nobre e Dirlene Marques. A Coordenadora Geral do CNDH apresentou a solicitação via Lei de Acesso à Informação feita pelo senhor Adelar Drecher. Após a leitura do ofício encaminhado pelo requerente, o conselheiro Francisco Nóbrega perguntou se haveria mais dados para que se possa instruir o processo para o encaminhamento do caso. Disse que poderia analisar o caso e propor o encaminhamento. O conselheiro Ricardo Barreto disse que da forma como foi enviado, o caso carece de informações para uma análise e encaminhamento. O conselheiro Darci Frigo disse que não caberia ao Conselho tratar de interesses individuais. É consenso que o Conselho não irá tratar do caso, o debate discutiu o fluxo para o encaminhamento da demanda à outra instância. Foi **deliberado** pelo envio dos dados do caso ao conselheiro Francisco Nóbrega. O Conselho tratou, em seguida, da definição do evento sobre o sistema carcerário. Foi definido pela Comissão da População em Situação de Privação de Liberdade que o evento será em novembro, em Brasília. O conselheiro Everaldo Patriota disse que a decisão da data levou em consideração a previsão de uma melhor estabilidade política para que se possa pactuar com os responsáveis pela execução das ações, além de um diagnóstico da situação. O conselheiro Francisco Nóbrega disse que existe a Regra de Mandela e de Marrocos que devem ser atendidas pelo Brasil. A conselheira Maria Dirlene disse que será importante a participação de organismos internacionais que tenham expertise sobre o tema. A Coordenadora-Geral Renata Studart trouxe a memória da reunião passada em que a conselheira Vera Paiva disse que não haveria como tratar o tema sem falar da justiça de transição. Dando início a continuação da Plenária, no dia 08 de julho, a conselheira Lurdinha Nunes apresentou uma nota em homenagem ao conselheiro do CNDH Fabio Beloni que faleceu no mês de junho em Buenos Aires. Foi **aprovada** a manifestação do Conselho sobre a morte do Conselheiro Fábio Belloni. A manifestação será enviada para a ABRASME e para os familiares do conselheiro Fábio Belloni. O conselheiro Leonildo Monteiro informou que em Brusque haverá uma Audiência Pública, para a criação do centro para a população em situação de rua. Foi **deliberado** o envio de um ofício encaminhando o conselheiro Leonildo Monteiro como representante do CNDH na Audiência. A conselheira Maria Dirlene relatou Audiência Pública, realizada no Rio de Janeiro sobre Direito à Cidade. O evento teve a presença dos conselheiros Leonildo Monteiro, Everaldo Patriota, Madalena Nobre, Sandra Grecco, Sandra Carvalho e da Coordenadora Geral Renata Studart. Na audiência pública foram denunciadas as restrições das pessoas aos locais turísticos e a zona sul do Rio. O Rio está impactado pela crise financeira, com a polícia em greve. Além disso, a polícia judiciária está prevendo uma paralisação na época das Olimpíadas, afetando as audiências de custódia. A conselheira Madalena Nobre fez a observação sobre o local da Audiência, que era impeditivo para cadeirantes e que o Conselho tem que observar com toda atenção à acessibilidade para todas as populações. A conselheira Maria Dirlene Marques ressaltou que o Rio de Janeiro é um canteiro de obras atualmente. O local do evento estava com difícil acesso também por conta da paralisação dos estudantes. Disse que os cartões de passagens estão bloqueados durante o período das Olimpíadas. A conselheira Lurdinha Nunes informou que várias entidades estão se organizando para um evento durante a Olimpíada, denominado Vigília da Dignidade. O conselheiro Leonildo Monteiro disse que é muito preocupante o posicionamento dos representantes do judiciário no momento das Olimpíadas, ainda mais considerando os salários que recebem. Disse que há um “apartheid” explícito no Rio de Janeiro. O conselheiro Everaldo Patriota leu as recomendações contidas no Relatório. A Ouvidoria da SEDH Irina Bacci disse que a Copa das Confederações serviu



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

231 para uma programação de atividades para a organização de uma rede integrada de entidades para
232 proteção de direitos humanos e que é imprescindível que os plantões judiciais estejam
233 funcionando e ampliados para o atendimento dos casos. A rede Agenda de Convergência está se
234 articulando para a atuação nas Olimpíadas, entre eles o Sistema Integrado de Prevenção e Controle.
235 Disse que há denúncia que o espaço ecumênico não tem religiões de matriz africana, se tentará uma
236 conversa com o Comitê Olímpico, via Secretaria de Direitos Humanos, além de ação judicial via
237 PFDC, pela Procuradora Ana Padilha. Quanto o formato da Agenda de Convergência, solicitou a
238 indicação de um conselheiro para participar como Observador. Disse que a atuação da SDH
239 favoreceu a atuação do Centro de Controle, identificando os movimentos sociais e orientando a
240 mediação. O conselheiro Silvio Albuquerque disse que a preocupação com o Centro Ecumênico foi
241 apresentada pela Secretária Luzilinda Valois durante sua posse na Secretaria Especial de Igualdade
242 Racial, e que o Ministro disse que irá atuar para a incorporação das religiões de matriz africana. O
243 conselheiro Francisco Nóbrega disse que a DPU já enviou recomendações a diversas instituições
244 sobre o Centro Ecumênico. Quanto a Lei das Olimpíadas ela foi julgada constitucional pelo STF.
245 Foram **aprovadas** as duas resoluções apresentadas pela comissão Direito à Cidade lidas pelo
246 conselheiro Everaldo Patriota. Foi aprovada a nota do CNDH sobre o Centro Ecumênico das
247 Olimpíadas. Foi **deliberado** pela participação da reunião com os órgãos de controle, que será
248 organizada pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Foi **deliberado** pela participação de
249 reunião com o MPF, DPU e outros órgãos sobre a segurança nas Olimpíadas. Foi **deliberado** pela
250 Participação do Conselho no Grupo de observadores. Foi **designada** a conselheira Sandra Carvalho
251 (Justiça Global, suplência Maria Dirlene). O conselho ficará em contato com o representante da
252 SEDH que estará presente no Centro de Controle. Foi **deliberado** pelo envio de um ofício
253 solicitando reunião com o Presidente da ANATEL sobre a restrição de sinal de celular durante as
254 Olimpíadas. Foi **deliberado** pela solicitação à Secretária Especial de Direitos Humanos sobre o
255 funcionamento dos POPs. Dando continuidade à pauta, o conselheiro Darci Frigo informou que foi
256 aprovado na Câmara o PL 5768/2016, de autoria do deputado Esperidião Amin, que define que os
257 crimes dolosos nas olimpíadas realizados por militares serão julgados pela Justiça Militar. O PL foi
258 aprovado em caráter de urgência e não passou por nenhuma Comissão. O PL encontra-se
259 atualmente no Senado. O conselheiro Cristian Ribas disse que as políticas contra os direitos
260 humanos tem se acirrado. Cabe ao Conselho fazer denúncias sobre a situação que estamos vivendo.
261 O conselheiro Silvio Albuquerque disse que o PL tem uma grave situação de inconstitucionalidade e
262 que deveria apresentar um documento bem fundamentado. Disse que tem uma análise que notas
263 enviadas de forma pulverizadas pelo CNDH podem não ser tão efetivas e sim defendeu uma ação
264 mais direta, nesse caso por alguém que tenha uma bagagem jurídica para que se possa atuar no
265 Projeto que se encontra no Senado. Foi deliberado o envio à SAL do MJ, ao Senado e ao Presidente
266 Michel Temer pedindo a não aprovação do PL5768/2016, com cópia à PFDC para
267 acompanhamento, bem como a atuação da SEDH no Ministério da Justiça e no Senado para não
268 aprovação do PL 5768/2016. O conselheiro Darci Frigo fez o relato dos informes da Comissão
269 Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas, povos e comunidades tradicionais,
270 atingidos por grandes empreendimentos e trabalhadores/as rurais envolvidos em conflitos
271 fundiários. O conselheiro Francisco Nóbrega informou que o julgamento do “caso Gracinha” foi
272 suspenso, por 90 dias, por decisão judicial. O caso trata da retirada da guarda compulsória da
273 senhora Graça, moradora de uma comunidade quilombola em Santa Catarina. Foi **deliberado** o
274 envio de um ofício ao juiz do caso manifestando preocupação do Conselho quanto ao não
275 atendimento ao ECA quanto, a garantia da manutenção das crianças na comunidade quilombola,
276 preservando a cultura e os laços familiares. Em seguida o integrante do GT GT indígenas da Região
277 Sul Cristhian Teófilo leu o relatório parcial das missões do GT, em especial sobre a visita à terra



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

278 indígena Boa Vista/PR. O conselheiro Darci Frigo disse que a reintegração de posse descrita no
279 relatório extrapolou a área, queimando casas de indígenas que estavam fora da área da decisão
280 judicial. Devido à grave situação de vulnerabilidade da comunidade indígena Kaingang de Boa
281 Vista, município de Laranjeiras do Sul, o GT optou por elaborar um relatório apartado visando
282 solicitar providências urgentes junto ao CNDH, ao Ministério Público Federal, FUNAI e demais
283 autoridades competentes. Foi **deliberado** pelo envio de recomendações aos órgãos indicados pelos
284 representantes do GT. O GT irá apresentar o relatório final na próxima Plenária, em agosto. A
285 minuta de criação do GT será enviado para o conselheiro Darci Frigo para revisão do período e dos
286 integrantes. Quanto a Missão Belo Monte/Belo Sun foi **deliberada** a indicação de representante da
287 APIB para participar da missão Belo Monte. O CNDH irá solicitar à MPF que indique um
288 especialista em mineração da UFPA (via Procuradora Thais Santi). Será realizada uma reunião
289 preparatória em Brasília, no dia 29 de julho, com a presença do Leandro Scalabrin (MAB),
290 Procuradora Debora Duprat (MPF) e Francisco Nóbrega (DPU). O CNDH irá elaborar uma súmula
291 para nortear as ações baseadas na Lei antiterrorismo. Será verificada a viabilidade de contratação,
292 para setembro, de um consultor *ad hoc* para a elaboração da súmula. Finalmente, foi colocado em
293 pauta a avaliação de uma nota contra a Portaria 611/2016. O conselheiro Silvio Albuquerque
294 colocou que a SEDH não concorda com a nota, pois ela apresenta diversas imprecisões. Disse que
295 os recursos que foram transferidos da SEDH já estavam previstos para ações executadas pela
296 Secretaria de Governo, órgão da Presidência da República. O conselheiro Cristian Ribas disse que a
297 Portaria retira poderes para as ações em Direitos Humanos. O conselheiro Everaldo Patriota disse
298 que não há quórum para deliberação, mas que o próprio Secretário Adjunto da SEDH, pode
299 trabalhar para uma reversão da portaria o mais breve possível. O conselheiro Darci Frigo disse que
300 a portaria é clara na retirada de poderes para a execução de ações de direitos humanos. O que está
301 descrito na portaria é que a ação de polícia é a única que não teve restrição de ações, mostrando o
302 perfil policaiesco do Ministério. O conselheiro Sílvia Albuquerque disse que a Portaria promoveu
303 uma análise necessária dos programas de proteção. A portaria não gerou a interrupção de nenhum
304 convenio. O conselheiro Francisco Nobrega disse que a nota deverá ser reescrita, e defendeu que
305 seria importante que o Conselho mantenha a publicação da nota que será reapresentada. A
306 conselheira Madalena Nobre disse que a portaria foi muito criticada pela sociedade civil, mas está
307 sendo apresentada pelos gestores como não havendo nenhum dano para a execução das atividades.
308 Foi **deliberado** que a nota será apresentada na próxima reunião plenária. Fim da 18ª Reunião
309 Ordinária.